



# Nacional



## Publicidade Saúde à parte do novo código

O Código da Publicidade, que remonta a 1990, está a ser revisto pelo Ministério da Economia. Contudo, há algumas matérias, como as relacionadas com publicidade em saúde, que vão ter uma legislação especial e não integrarão o novo código regulamentar.

## Abusos Ordem defende valores mínimos

A Ordem dos Médicos Dentistas defende a possibilidade de o Estado permitir a implementação de um referencial de valores mínimos para "prevenção de abusos relativamente ao elo mais fraco, o doente". Mas a Autoridade da Concorrência considera tal conduta "como restritiva da livre concorrência".

**Saúde** Ministério fez proposta para apertar as regras na publicidade a serviços de saúde. Diploma terá de ir a Conselho de Ministros



# Anúncios a consultas grátis vão ser proibidos

Inês Schreck  
ines@jn.pt

► Primeira consulta "grátis", rastreio "sem encargos", implantes dentários "com desconto" ou tratamento em "promoção" são exemplos de anúncios que deverão ser proibidos em breve. O Governo está a ultimar um diploma para impedir práticas de publicidade em saúde consideradas desleais, enganosas e/ou agressivas.

O texto que pela primeira vez vai regular a publicidade em saúde foi proposto pelo Ministério da Saúde e já foi encaminhado para o Ministério da Economia (ME), onde será analisado e consensualizado para posterior aprovação do Conselho de Ministros. O ME confirmou ao JN que a proposta "terá chegado infor-

malmente" e que vão ser apreciadas compatibilidades com outros diplomas, diretivas comunitárias, direitos dos consumidores e dos prestadores.

"São proibidas as práticas de publicidade em saúde consideradas desleais, enganosas e/ou agressivas", diz a proposta de decreto-lei do Ministério da Saúde, a que o JN teve acesso. O texto classifica como tais práticas as que "descrevam o bem ou serviço como grátis, gratuito, sem encargos, com desconto ou promoção, condicionando as prestações sucessivas, e que desconsidere, ignore ou seja desproporcional ao custo que é inerente a uma prática segura e com qualidade".

A proposta do Ministério da Saúde surge depois de, no verão passado, sete ordens profissionais (dos

Biólogos, Engenheiros, Farmacêuticos, Médicos, Médicos Dentistas, Nutricionistas e Psicólogos) terem pedido à tutela "medidas urgentes para pôr cobro à desregulação que se verifica na publicidade a serviços de saúde", como foi anunciado,

em agosto de 2014, em comunicado, pela Ordem dos Dentistas.

Depois deste apelo, foi criado um grupo de trabalho, no qual participaram as ordens, o secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Leal da Costa, a associação de Defesa do

## Clínica que vendia "gato por lebre"

● A publicidade enganosa saltou para a ordem do dia, no verão do ano passado, quando uma cadeia de supermercados decidiu testar o negócio das clínicas médicas em parceria com uma empresa externa. A experiência nasceu em Almada, junto ao hipermercado Jumbo, mas não correu bem. A Clínica do Centro, que meses depois fechou portas, anunciava consultas médicas, mas era um enfermeiro que atendia o cliente. O contacto com o médico era através de telemedicina ou videoconferência. A Ordem dos Médicos insurgiu-se, classificando o negócio como "uma forma de vender gato por lebre e de transformar a medicina num mero comércio" e ameaçou com processos disciplinares aos médicos que praticassem estes atos.

Consumidor (Deco) e a Direção-Geral da Saúde, e produzida uma proposta de diploma.

"Engodos" que podem sair caros  
O objetivo é terminar com mensagens suscetíveis de enganar e pôr em causa a saúde do doente. Basta uma pesquisa num qualquer motor de busca da Internet para perceber que esta é, atualmente, uma área pouco controlada. São inúmeros os exemplos de clínicas a oferecer "check-ups gratuitos", primeiras consultas sem custos, tratamentos com promoções.

Na Medicina Dentária, por exemplo, há clínicas a anunciar implantes dentários a 280 euros, outras prometem colocação de dentes a quem não os tem em 72 horas e há ainda quem anuncie ser especialista em implantologia, formação que não é considerada especialidade médica.

"Engodos" que podem sair caros ao doente. "Implantes de má qualidade, cujas peças não têm uma aferição [conexão] perfeita, acabam por desenvolver bactérias em torno deles que provocam doenças e destroem o osso", explica o médico dentista formador em implantologia Rui Coelho. Um implante colocado por um profissional de referência andarão entre os 1250 e os 2000 euros, adianta, considerando que "abaixo destes valores a qualidade não está assegurada".

Devem os doentes desconfiar destes serviços a preços low-cost?, perguntou o JN à Ordem dos Médicos Dentistas (OMD). "Quando a esmola é grande o pobre desconfia, costuma dizer-se... A qualidade ficará com certeza para trás", respondeu o bastonário.

Orlando Monteiro da Silva conhece bem a realidade dos anúncios de tratamentos complexos a preços de saldo. "A crise económica banalizou o conceito low-cost, o excesso de médicos dentistas e as questões concorrenciais têm invadido esta área e não falo apenas da implantologia".

O aparecimento de grandes clínicas em que os profissionais de saúde não são os responsáveis pela comunicação e publicidade dos tratamentos que fazem tem dificultado a ação disciplinar da OMD. As próprias inspeções feitas pelas autoridades de saúde pouco se debriçam sobre publicidade enganosa. Um cenário que poderá mudar com a alteração da legislação. ●



**Saúde Anúncios  
a consultas grátis  
ou com desconto  
vão ser proibidos**

Página 6